

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES PRÁTICAS-TEMÁTICAS EM 2020

Mateus Henrique Ferreira

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

mateusferx23@gmail.com

Dieison Prestes da Silveira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

dieisonprestes@gmail.com

Leonir Lorenzetti

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

leonir@ufpr.br

Eixo temático: Eixo 6 - Ensino de Ciências e Biologia, questões socioambientais e de saúde

Modalidade: Relato de Pesquisa

RESUMO

O presente trabalho analisa práticas pedagógicas de Educação Ambiental (EA) em contextos escolares da Educação Básica, no Brasil, com foco na produção acadêmica do ano de 2020. Utilizando metodologia qualitativa e Análise de Conteúdo, foram examinadas 55 pesquisas, dissertações e teses, obtidas na plataforma EArte, classificadas conforme seus tipos e temáticas abordadas. Os resultados revelam maior frequência de atividades como saídas de campo, produção artística, projetos comunitários e uso de espaços verdes, geralmente associadas à percepção ou sensibilização ambiental. Identificou-se uma tendência à EA com viés conservador ou pragmático, com menor incidência de práticas fundamentadas em uma abordagem crítica, porém, há ainda um número significativo de trabalhos desenvolvendo esta visão, distribuídos nos diversos tipos de práticas. Destaca-se a importância das intenções pedagógicas do educador para determinar as características das práticas. O estudo reforça a necessidade de ampliar investigações que articulem prática, teoria e criticidade na Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Práticas Pedagógicas; Ensino de Ciências.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA), no Brasil, se desenvolve desde o início da década de 1970, quando o país se compromete em acordos internacionais sobre o meio ambiente, com a posterior implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1981, um dos marcos da EA no Brasil, determinando a obrigatoriedade da inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino no país. Apesar de ser um marco

histórico e estabelecer a EA como componente fundamental dos currículos nacionais, a PNMA não forneceu uma base ou instrumentalização para uma efetiva implementação da Educação Ambiental. Ela traz apenas um objetivo de sua implementação, do ponto de vista do governo “[...] objetivando capacitá-la [a sociedade] para participação ativa na defesa do meio ambiente” (Brasil, 1981, art. 2, inc. X); o que dialoga com as noções que enraízam o surgimento da EA não só no Brasil mas também no mundo: um viés conservacionista, fundamentado no ambientalismo e nos movimentos sociais de conservação ambiental (Frizzo; Carvalho, 2018).

Com a publicação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em 1999 há um progresso significativo na EA no Brasil, trazendo uma visão que contempla a natureza social e transversal da Educação Ambiental, definindo seu desenvolvimento em todos os níveis de educação do país, como uma prática integrada, contínua e permanente, de forma não-disciplinarizada para a Educação Básica e como parte fundamental dos currículos de formação de professores; além de também estabelecer diretrizes para a Educação Ambiental Não-Formal, promovendo em escala nacional o envolvimento das escolas com o setor privado e com os espaços não-curriculares de educação, como unidades de conservação, parques e museus (Brasil, 1999). Desta forma, com o estabelecimento da política da Educação Ambiental nos currículos, de forma transversal e presente em todas as modalidades de ensino, a EA começa a figurar de vez dentro das disciplinas escolares, tornando essencial a discussão sobre a temática dentro da Educação em Ciências. Dado esse contexto, há também uma quantidade crescente de trabalhos de metapesquisa, analisando a produção do campo e suas tendências, como em uma das referências mais importantes da área: o trabalho de Layrargues e Lima (2014) e Lorenzetti (2008) que definem justamente as tendências, em termos político-pedagógicos, na Educação Ambiental no Brasil.

Porém, nem todos os trabalhos refletem as práticas pedagógicas que são realizadas no país, com muitos deles tratando das práticas com duas tendências: relatos de práticas sem o devido aprofundamento teórico ou reflexão ou; revisões sistemáticas dessas práticas, com recortes mais específicos para uma determinada temática, ou buscando apenas estabelecer panoramas sobre as tendências político-pedagógicas dos educadores ambientais. É o caso em Melo, Miranda e Lima (2019), em que há um levantamento das

práticas realizadas mas sem uma discussão mais aprofundada de seu contexto, ou em Uhde *et al.* (2021), em que há uma discussão sobre as práticas observadas porém em um contexto bastante reduzido, com um olhar para uma única escola. Apesar de trabalhos como estes, ainda existe uma lacuna no campo relativa a trabalhos com uma perspectiva mais sistêmica sobre o assunto. Como exemplo, Melo, Chagas e Giesta (2023) fazem uma análise, com o recorte específico de artigos e dissertações sobre sustentabilidade, discutindo a natureza das práticas realizadas e quais os fundamentos relacionados a essas práticas, permitindo estabelecer uma visão mais complexa das tendências na Educação Ambiental praticada na escola, porém, ainda com um recorte mais restrito, analisando 46 trabalhos ao longo de 11 anos. Assim, delimita-se uma demanda no campo da Educação Ambiental de estabelecer um panorama não só das tendências nas noções de EA por parte de seus agentes, mas também de como isso tem se refletido na prática escolar de modo mais abrangente.

Com isto, o presente trabalho propõe-se, como parte do desenvolvimento da dissertação de mestrado do primeiro autor, colaborando com a construção de um panorama significativo sobre as complexidades envolvidas nas práticas pedagógicas de Educação Ambiental, a analisar as práticas implementadas em contextos escolares da Educação Básica, evidenciadas nas dissertações e teses defendidas no ano de 2020.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Sobre os aspectos metodológicos da pesquisa, ela se caracteriza como qualitativa, analisando os dados utilizando a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). A pesquisa é de natureza documental, com o objeto de análise Teses e Dissertações (T&D), buscando analisar um recorte histórico da produção acadêmica da área da Educação Ambiental. Durante a pré-análise, foram selecionadas T&D, provenientes de uma busca documental no banco de dados da plataforma EArte, utilizando como critério de busca “Contém em qualquer parte do trabalho o termo ‘Prática’”, somado ao descritor de Contexto Educacional “Escolar”, com o período dos trabalhos restrito ao ano de 2020, que marca o início da Pandemia de COVID-19, demarcando uma fronteira entre o pré e o pós-pandemia. A busca inicial, utilizando estes critérios, resultou em um total de 196 trabalhos. Para a preparação do material, foram utilizados os descritores: Autor/a; Orientador/a; Instituição; Grau de titulação; Cidade e Estado/Região; Programa de Pós-

Graduação; Palavras-chave; Resumo da pesquisa; Título da pesquisa; Presença de práticas (Se o trabalho descreve ou não a realização de uma atividade prática).

Como critério de exclusão, foi considerado a ausência do desenvolvimento de atividade prática ao longo do trabalho, como em trabalhos voltados à identificação de concepções sobre EA; de análise documental e constituídos unicamente por entrevistas; Outro critério utilizado foi o contexto da Educação Básica, excluindo trabalhos realizados em outros contextos. Após a aplicação dos critérios e da exclusão de trabalhos sem o texto na íntegra, selecionamos 55 trabalhos, os quais foram analisados utilizando também os descritores: Tipo de Prática; Principal Temática Abordada; Principal referencial teórico sobre EA e Conclusões do trabalho. Na sequência, deu-se o processo de exploração do material, codificando e enumerando os documentos em tabelas. Os dois descritores que fundamentam a análise do presente trabalho são “Tipo de Prática” e “Principal Temática Abordada”, e as classes selecionadas para cada descritor servem como guarda-chuva, agrupando diversos tipos de prática e diversas temáticas semelhantes, a fim de permitir uma organização mais coesa e uma análise mais eficiente dos dados encontrados.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a exploração do material, e sistematizando nas categorias elencadas ao longo do Percurso Metodológico, destacam-se dois elementos de análise: os Tipos de Prática, as Principais Temáticas Abordadas e os Principais Referenciais Teóricos utilizados e suas relações. Estão elencados abaixo, na Tabela 1, os dados quantitativos relacionados à frequência absoluta de cada um dos Tipos de Prática encontrados nos trabalhos analisados:

Tabela 1 - Tipo de Prática.

Classificação	Descrição	Total
Espaços Não-Escolares	Visitação a espaços não-escolares, incluindo visitas técnicas, ida a museus ou outras instituições e a espaços naturais, como parques, rios e matas	13
Produção Artística/Textual	Produção de alguma forma de arte ou de textos pelos estudantes	9
Projeto Comunitário	Projetos envolvendo a comunidade escolar e/ou seu entorno, envolvendo alguma questão socioambiental	9

Espaços Verdes	Construção ou utilização de espaços como hortas e jardins no ambiente escolar	9
Jogos	Aplicação e/ou desenvolvimento de jogos com os estudantes	5
Exibição de Mídia	Exibição de mídia, como vídeos.	3
Oficinas	Realização de diferentes atividades dentro de um mesmo encontro, que não se enquadram nas demais categorias	3
Tecnologias Digitais	Utilização de ferramentas digitais que não se caracterizem como jogos	2
Pesquisa Dirigida/Experimentação	Desenvolvimento de pesquisa ou experimentos por parte do estudantes, orientados pelo professor	2
TOTAL		55

Fonte: Os autores (2025).

Por meio dos dados presentes na Tabela 1, nota-se que os tipos de práticas mais desenvolvidas com os estudantes foram: “Saídas de Campo”; “Produção Artística/Textual”; “Projetos Comunitários” e; utilização de “Espaços Verdes”. Esses dados podem refletir alguns aspectos da Educação Ambiental intrínsecos à sua prática e ao seu histórico. Porém, apenas essa frequência dos tipos de prática, sem um contexto mais detalhado, acaba levando a discussões mais rasas, e, por consequência, mais imprecisas sobre a realidade das práticas do Campo. Com isso, torna-se necessária a apresentação de dados complementares para fundamentar uma melhor discussão, e estes dados, referentes às Principais Temáticas Abordadas estão detalhados na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2 - Principal Temática Abordada.

Classificação	Descrição	Total
Percepção/ Sensibilização Ambiental	Desenvolvimento de uma percepção sobre o ambiente, de forma objetiva-descritiva ou emocional	21
Gestão de Recursos/Resíduos	Gestão de recursos e/ou a gestão de resíduos, como a questão da água e do tratamento de lixo, por exemplo.	13

Problemas Socioambientais	Discussão de mais de um problema socioambiental, como as mudanças climáticas, saúde e saneamento, por exemplo.	7
Sustentabilidade	Questões de ordem econômica, envolvendo a relação entre produção e impacto ambiental	5
Agroecologia	Produção de alimentos de forma sustentável, relacionando questões ambientais, sociais e econômicas de forma crítica	3
Conservação	Trabalhos que discutem sobre a conservação do meio ambiente, o entendendo como algo alheio à sociedade	3
Formação de Sujeito Ecológico	Formação crítica dos sujeitos em relação às questões socioambientais, sem se ater a uma única temática	3
TOTAL		55

Fonte: Os autores (2025).

Com o auxílio dos dados trazidos na Tabela 2, pode-se aprofundar a discussão sobre a natureza das práticas de EA analisadas. Percebe-se uma forte tendência em trabalhar a “Percepção/Sensibilização Ambiental” e a “Gestão de Recursos/Resíduos”, com ambos representando juntos cerca de 60% do total. Ao cruzar os dados que geraram ambas as tabelas, têm-se que 7 dos 13 trabalhos que utilizam “Saídas de Campo” envolvem a temática de “Percepção/Sensibilização Ambiental”, o que significa que mais da metade das saídas de campo realizadas se voltam para uma observação do meio ambiente, mas não trazem em uma discussão crítica ou uma problemática socioambiental específica, o que pode sugerir uma frequente utilização das saídas de campo sem fundamentação teórica ou objetivo pedagógico mais consolidado como base, resultando em uma formação de um sujeito ecológico menos crítico.

O mesmo acontece com a utilização de “Espaços Verdes” e com a “Produção Artística/Textual”, com 5 dos 9 trabalhos, de ambos os tipos de prática, tendo como temática a “Percepção/Sensibilização Ambiental”, o que pode ser entendido como a tendência na utilização dos registros artísticos e textuais para descrever a percepção obtida pelos estudantes sobre uma determinada temática, porém novamente sem o desenvolvimento de um senso crítico ou de uma reflexão mais aprofundada, como seria desejável, e também da tendência na utilização de espaços como hortas e jardins como

espaços contemplativos, e não para o desenvolvimento de um sujeito socioambientalmente crítico.

Em contrapartida, temáticas mais próximas da Educação Ambiental Crítica apresentam diversas abordagens, sem o aparecimento de muitas tendências, com exceção da “Agroecologia”, que envolve o uso de “Espaços Verdes” em 100% de suas ocorrências, dada a natureza da temática. Como exemplo há a “Formação de Sujeito Ecológico”, que tem três práticas diferentes associadas: “Jogos”, “Produção Artística/Textual” e “Espaços Não-Escolares”, e os “Problemas Socioambientais”, que tem como maior recorrência no tipo de prática a “Espaços Não-Escolares”, com 2 ocorrências (em 7). Isso é um indício de que o desenvolvimento de uma Educação Ambiental Crítica, mais voltada para a capacitação dos estudantes para o enfrentamento dos desafios globais e das problemáticas socioambientais, não necessariamente depende de um tipo específico de prática, podendo ser desenvolvida com diversos tipos de recursos e abordagens, tendo uma relação mais profunda com as concepções e intencionalidades do professor do que com a natureza da atividade em si.

Da mesma forma, atividades mais relacionadas com a atuação dos sujeitos no enfrentamento das questões socioambientais, como “Projetos Comunitários”, tem um viés mais claro quanto às temáticas abordadas, com 7 dos 9 trabalhos envolvendo a “Gestão de Recursos/Resíduos”, que é uma temática abrangente e que pode pender tanto para uma Educação Ambiental Crítica, quanto para uma mais Pragmática. De modo geral, por meio dessa relação entre a temática e o tipo de prática, pode-se inferir que há um viés mais voltado à formação de sujeitos críticos e atuantes socialmente do que para reflexões mais rasas sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação dos Tipos de Prática com as Principais Temáticas envolvidas nos trabalhos permite uma análise mais aprofundada das motivações e consequências das atividades de EA desenvolvidas na Educação Básica, o que pode contribuir com a construção do futuro do Campo. Os resultados contribuem para a investigação realizada no mestrado em andamento ao qual este trabalho está vinculado, que busca investigar as tendências, motivações e as intencionalidades por parte dos professores no

desenvolvimento de práticas pedagógicas em Educação Ambiental, como as encontradas no presente trabalho, que mostram uma tendência a discutir a EA de forma mais conservadora ou pragmática. Isso em detrimento de uma Educação Ambiental mais crítica, por meio de atividades que não exercitam o pensamento crítico ou pela falta de uma fundamentação teórica ou intencionalidade do professor em desenvolver cidadãos críticos em relação às questões socioambientais, porém é uma tendência e não uma realidade absoluta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 6.938, De 31 De Agosto De 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 set. 1981.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

FRIZZO, T. C. E.; CARVALHO, I. C. de M. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. 1, p. 115-127, 2018.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LORENZETTI, L. **Estilos de pensamento em educação ambiental:** uma análise a partir de dissertações e teses. 2008. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MELO, J. P.; CHAGAS, K. K. N.; GIESTA, J. P. Análise da Realização de Práticas em Educação Ambiental e Sustentabilidade na Educação Básica. **Revbea**, São Paulo, v. 18, n. 6, p. 13-27, 2023.

MELO, M. L. G. F.; MIRANDA, M. J. A.; LIMA, M. E. N. Concepções e Práticas de Educação Ambiental. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 15495-15509. 2019.

UHDE, E. M.; UHDE, L. T.; BIANCHI, V.; FERNANDES, S. B. V. Práticas de Educação Ambiental em uma Escola de Campo. **Revbea**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 114-129, 2021.